



Estado de Mato Grosso

Prefeitura Municipal de Porto Esperidião

PEDIDO DE PARECER

DO: DEPTº DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
RONEY BATISTA CARDOSO

PARA: ASSESSORIA JURIDICA;
JOSE DE BARROS NETO

ASSUNTO: PEDIDO DE PARECER JURÍDICO;

REFERENTE AO OBJETO DEFINIDO COMO: AQUISIÇÃO DE UM VEÍCULO TIPO
AMBULANCIA SEMI U.T.I. ZERO KM .

Prezado Senhor assessor;

Encaminho para apreciação a minuta do edital, **DO PREGÃO PRESENCIAL 09/2021**. Considerando que o presente contrato demais procedimentos estão em conformidade com os preceitos legais da Lei 10.520/02 e lei geral de licitações 8.666/93 e suas alterações.

Solicito de Vossa Senhoria que forneça Parecer, apontando demais providencias caso haja necessário.

Conforme segue edital e seus anexos.

Porto Esperidião - MT, 31 DE MARÇO 2021.

RONEY BATISTA CARDOSO
PRESIDENTE DA CPI

Roney Batista Cardoso
Coord. Deptº Licitação
Portaria Nº 162/2017

Fones: (65) 3225-1181 - 3225-1139 - Telefax: (65) 3225-1350



PARECER JURÍDICO

Processo Administrativo n.º 10/2021

Ref. Licitação Pregão Presencial n.º 09/2021

Objeto: FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE VEÍCULO TIPO AMBULÂNCIA – SEMI UTI.

Encaminhado ao setor jurídico o processo licitatório acima identificado, com a solicitação de emissão de Parecer Jurídico, conforme dispõe o parágrafo único, do artigo 3.º da Lei n.º Lei 8.666/93, verbis:

“Parágrafo único. As minutas de editais de licitação, bem como as dos contratos, acordos, convênios ou ajustes devem ser previamente examinadas e aprovadas por assessoria jurídica da Administração..

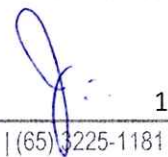
O Processo foi deflagrado a partir de solicitação expressa do Secretário Municipal de Saúde, sob a justificativa da necessidade de aquisição de veículos, visto que o município não possui hospital e necessita de suporte avançado para as remoções à hospitais de referências.

O Edital define o objeto de modo sucinto, preciso, suficiente e claro, explicitando de modo conciso o que a Administração deseja contratar. Observa-se no Anexo I, TERMO DE REFERÊNCIA a descrição do objeto.

Ao processo foram anexados as cotações de preço fornecidos por empresas do ramo. Está anexado o comunicado do setor de contabilidade informando a dotação orçamentária para a compra.

O Prefeito autorizou a que fossem tomadas as providências para a abertura do procedimento licitatório.

A modalidade de licitação proposta é o Pregão Presencial para registro de preços, regida pela Lei nº 10.520, de 17 de agosto de 2002 e subsidiariamente





pela Lei 8.666 de 21/06/93 (com alterações da Lei 8883/94 e da Lei nº 9.648/98) e o tipo é o menor preço.

O “caput” do artigo 1.º da Lei n.º 10.520/02, possibilita a adoção da modalidade licitatória Pregão Presencial para a aquisição de bens e contratação de serviços comuns, devendo os mesmos serem objetivamente definidos em Edital.

O Sistema de Registro de Preços está originalmente previsto no artigo 15 da Lei 8.666/93, que assim dispõe:

“Art. 15. As compras, sempre que possível, deverão:

(...)

II - ser processadas através de sistema de registro de preços;

(...)

§ 3º O sistema de registro de preços será regulamentado por decreto, atendidas as peculiaridades regionais, observadas as seguintes condições: (...)

§ 4º A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência em igualdade de condições”.

O sistema de registro de preço emerge como procedimento especial, vinculado e integrante do procedimento licitatório, com o propósito de otimizar a finalidade da licitação na obtenção de proposta mais vantajosa, sempre que não for possível definir, na conclusão do certame, as quantidades contratuais a serem executadas.

No caso em tela, é relevante destacar que o art. 3.º, do Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, que regulamenta a Lei 10520/02, estabelece que:

“ Art. 3º O Sistema de Registro de Preços poderá ser adotado nas seguintes hipóteses:

I - quando, pelas características do bem ou serviço, houver necessidade de contratações frequentes;



II - quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida ou em regime de tarefa;

III - quando for conveniente a aquisição de bens ou a contratação de serviços para atendimento a mais de um órgão ou entidade, ou a programas de governo; ou

IV - quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração”.

A licitação em voga foi deflagrada para a aquisição de veículo cujas características estão definidas previamente, não haverá aquisições frequentes, entregas parceladas, portanto, a modalidade poderia ser o pregão presencial.

O Registro de Preço tem cabimento para evitar que a Administração celebre um contrato cujas quantidades, por imprevisão natural, possam não ser necessárias, ou também para que a Administração possa realizar um certame público antes de eventuais necessidades futuras e emergenciais, evitando assim as famigeradas contratações diretas ou fracionadas.

Importante salientar que, conforme estabelecido pelo art. 15, § 4º, da Lei 8.666/93, in verbis:

“§ 4º A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência em igualdade de condições’. Portanto, a contratação efetuada por intermédio de registro de preços não é obrigatória, nem mesmo para o ente promotor/gerenciador da respectiva licitação.

Vale ainda ressaltar, em apertada síntese, que os princípios aplicados às licitações são reflexos dos princípios do Direito Administrativo, essencialmente normatizado em sua estrutura. Ao selecionar particulares para prestação de serviços, ou fornecimento de produtos a administração não pode nunca se escusar da observação dos princípios concernentes à licitação, seja por questão de moralidade, seja por questão de legalidade, pois os princípios das licitações, mais que uma questão moral é uma questão legal, ante suas disposições na Constituição Federal de 1988 e legislação infraconstitucional (Lei Federal nº 8.666/93, dentre outras).



Estado de Mato Grosso

Prefeitura Municipal de Porto Esperidião

O Termo de Referência estabelece a quantidade de item a ser adquirido, e presume-se que será adquirido, define com clareza as características do bem que será adquirido.

Assim sendo, o Edital, anexos e as minutas da Ata de Registro de Preços e Contrato, que compõem o processo, atendem à legislação pertinente, assim, o parecer é favorável ao prosseguimento da licitação.

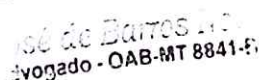
Em face ao exposto, o Parecer, com a ressalva relacionada à modalidade, é pelo prosseguimento da contratação pela licitação em análise.

S.M.J.

Porto Esperidião, 31 de março de 2021.


José de Barros Neto

Portaria n.º 58/12


José de Barros Neto
Advogado - OAB-MT 8841-F